

COLONIZAÇÃO E CONFLITOS NA TRANSAMAZÔNICA EM TEMPOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Airton dos Reis Pereira
(Universidade do Estado do Pará - UEPA)

Resumo: Este trabalho analisa a colonização e os conflitos por terra na Transamazônica, no sudeste paraense, em tempos da ditadura civil-militar brasileira. Para tal, estabelece como fio condutor o processo de implantação do Programa Integrado de Colonização Marabá pelo governo de Emílio Garrastazu Médici às margens da rodovia Transamazônica nos municípios de Itupiranga e São João do Araguaia. Neste último, o referido projeto se efetivou quando as Forças Armadas procuravam reprimir o movimento guerrilheiro comandado pelos militantes do Partido Comunista do Brasil na confluência dos rios Araguaia e Tocantins. Ali, não só muitos trabalhadores rurais foram presos e torturados, mas obrigados a serem guias do Exército na caça aos guerrilheiros. A partir de 1974, muitas famílias que haviam chegado de diversas partes do Brasil atraídas pela colonização, não tendo encontrado apoio do INCRA, passaram a ocupar uma série de imóveis improdutivos com títulos definitivos ou de aforamentos, a começar por aqueles que margeavam a rodovia, causando intensos e prolongados conflitos com fazendeiros, donos desses imóveis.

Palavras-Chave: Colonização na Transamazônica. Repressão. Conflitos de terra.

Abstract: This study analyzes the Transamazônica Highway colonization and land conflicts in southeast of Pará during the Brazilian civil-military dictatorship. For such, it was established the process of implementation of the Programa Integrado de Colonização Marabá performed in the government of Emílio Garrastazu Médici as a guide. This Program was implemented next to Transamazônica in the municipalities of Itupiranga and São João do Araguaia. In the last municipality mentioned, the project in focus was accomplished when the military sought to repress the guerrilla movement led by activists of the Communist Party of Brazil at the confluence of the Araguaia and Tocantins rivers. There, not only many rural workers were arrested and tortured, but also required to be Army guides to hunt guerrillas. Since 1974, many families who had come from various parts of Brazil attracted by colonization, came to occupy a series of unproductive lands with definitive titles or *aforamentos*, starting with those who lined the highway, causing intense and prolonged conflict with farmers who were owners of these properties, because the families did not find support from INCRA.

Keywords: Colonization in Transamazônica Highway. Repression. Land conflicts.

A notícia sobre a implantação de um projeto de colonização às margens da rodovia Transamazônica (BR-230), nos anos de 1970, estimulou a migração de milhares de famílias de trabalhadores rurais empobrecidos para a Amazônia brasileira. Fazia-se concretizar um dos feitos do governo civil-militar, após 1964, de orientar os fluxos migratórios para esta parte do território brasileiro vista como um grande vazio demográfico. Ao nível do discurso oficial, o deslocamento dos denominados excedentes populacionais do Nordeste “esvaziaria” os conflitos sociais nessa região à medida em que criaria polos de mão de obra favoráveis à expansão dos projetos agropecuários, minero-metalúrgicos e industriais na Amazônia. Ao

mesmo tempo, esse deslocamento populacional faria da Amazônia uma área fornecedora de matéria prima e consumidora de produtos do Centro-Sul do País.

Essa visão pode ser encontrada no discurso que o Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, proferiu para uma plateia de empresários e políticos, por ocasião de uma reunião extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), na cidade de Manaus (AM), em 08/10/1970. Para Médici, o governo considerava necessária a colonização na Transamazônica porque seria “o esforço necessário à solução dos dois problemas: o homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia (...)”; e que nessas condições se impunha “a expansão do setor agropecuário nas regiões favoráveis, o aproveitamento dos jazimentos minerais e a industrialização na medida necessária, bem como, ao mesmo tempo, a redistribuição dos seus excedentes demográficos, ocupando espaços internos vazios, mas potencialmente poderosos, sobretudo no território de atuação da SUDAM (...)”.¹

Esse discurso estava associado à política de desenvolvimento e de segurança nacional que esse e outros governos civis e militares haviam planejado para a Amazônia. Além de orientar a migração e controlar a ocupação das áreas ditas vazias, considerava-se atuar sobre os pontos de conflitos e tensões sociais em outras regiões do País, sobretudo no Nordeste à medida em que estimularia e apoiaria, financeiramente, a expansão de grandes grupos econômicos do Centro-Sul na Amazônia. Preserva-se, assim, nessa lógica, a concentração de enormes parcelas de terras nas mãos da iniciativa privada ao mesmo tempo em que concedia incentivos fiscais para que fossem investidos na criação de gado bovino.

A previsão do governo era de instalar, sob a coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA),² 100.000 famílias de trabalhadores rurais até 1974, em lotes de 100 hectares cada, nos denominados Programas Integrados de Colonização (PIC) Marabá, Altamira e Itaituba.³ Para tanto, foram constituídas equipes de seleção dos interessados em diversas partes do Brasil, notadamente no Nordeste, num trabalho articulado entre o INCRA e diversas prefeituras municipais. Além do transporte para os núcleos de colonização e de um lote com uma área de 100 hectares, prometiam-se a cada futuro assentado: serviços médicos, ajuda de custo no valor de seis salários mínimos, dois hectares de roça pronta, créditos bancários, estradas, compra da produção e uma casa na agrovila. Segundo Elísio Contini,⁴ o INCRA havia estabelecido, durante a seleção dos agricultores para os PICs Marabá, Altamira e Itaituba, uma cota de 70% para os interessados dos estados do Nordeste, 10% para os provenientes do Rio Grande do Sul e 20% para os que viessem dos demais estados brasileiros. A preferência pelos agricultores do Nordeste era considerada

levando em conta o excedente populacional e a tensão social ali verificada. Contudo, foi dada importância à introdução de tecnologias agrícolas nas áreas de colonização, composta por maioria nordestina. Por isso, buscou-se selecionar agricultores do Rio Grande do Sul a fim de possibilitar o que foi denominado de “efeito demonstração”. Ou seja, para o Governo Federal, os agricultores do Sul ensinariam os nordestinos a trabalhar com a terra na Transamazônica usando tecnologias modernas no trato da lavoura.

O denominado Programa Integrado de Colonização Marabá (PIC-Marabá), conforme o planejamento proposto pelo Governo Federal se estenderia por 529 quilômetros entre as cidades de Marabá e Altamira e ocuparia uma faixa de dez quilômetros de cada lado da rodovia Transamazônica. Além da distribuição de lotes, previa-se a construção de agrovilas, agrópolis e rurópolis localizadas em distâncias regulares ao longo da rodovia e a cada cinco quilômetros, uma vicinal, adentrando a floresta, cruzaria a estrada. Segundo o economista Reinkold Stephanis, um dos diretores do INCRA, as agrovilas formariam “um cinturão em torno das agrópolis, comunidade onde funcionar[i]am alguns serviços essenciais para o agricultor, como instalações para beneficiamento de produtos, armazéns e pequenos estabelecimentos comerciais, sendo que a cada 40 km da Transamazônica haver[i]a uma agrópolis, e a cada três agrópolis surgir[i]a uma rurópolis”.⁵

Quando, de fato, se procurou executar o projeto de colonização, o *PIC de Marabá* acabou se posicionando em pequenos trechos nos municípios de São João do Araguaia e Itupiranga. Foi neste último que o INCRA iniciou os seus trabalhos, mais precisamente na faixa de terra que está localizada entre o km 35 e o km 112, sentido leste da cidade de Marabá, compreendendo dois quilômetros do lado direito (entre a estrada e o rio Tocantins) e dez quilômetros do lado esquerdo da rodovia. Os lotes localizados na orla da estrada passaram a medir 500 x 2.000 metros e os do fundo 400 x 2.500 metros. Além de uma agrovila, o órgão construiu em cada lote uma casa de tabuas e um hectare de roça. Contudo, quando se fez necessário abrir as vicinais que constavam no mapa oficial do projeto se percebeu que algumas delas passariam pelo meio de rios, pântanos ou escalavam serras. As terras situadas além da faixa de terras reservadas à colonização foram destinadas às grandes propriedades para a criação de gado bovino.

Já a faixa de terra localizada no município de São João do Araguaia, onde o INCRA procurou implantar o seu projeto de colonização, era totalmente ocupada por posseiros que haviam atravessado o rio Araguaia, nas décadas de 1950 e 1960, vindo do Maranhão, Piauí, Ceará e norte de Goiás. Ali estes trabalhadores rurais haviam construído os *centros*⁶ conhecidos por Santa Rita, Itamirim, Brejo Grande e Roncadeira. Ao executar a proposta de

colonização, nesse trecho da Transamazônica, o órgão acabou entrando em conflito com os trabalhadores. Em um abaixo-assinado, com 806 assinaturas, encaminhado ao Presidente da República, por exemplo, mais de 4.000 posseiros das localidades conhecidas por São Domingos do Araguaia, Brejo Grande, Santa Rita, Açaisal, São José, Palestina e São João do Araguaia, ao longo da Transamazônica, reclamavam da atuação do INCRA: muitos viram as suas terras serem entregues a outras pessoas ou serem reduzidas em seus tamanhos.⁷

Foi nesse período, mais precisamente no final de 1972, que 62 famílias de Roncadeira, nas proximidades do Rio Araguaia se acharam sobressaltadas quando o Sr. Vitor Linhares Marinho, assentado pelo INCRA, começou a fazer as suas roças e cercas de arame dentro do povoado. As famílias sentindo-se prejudicadas enviaram cartas ao Presidente da República e fizeram abaixo-assinados e diversas reuniões com a direção do INCRA em Marabá. Em uma dessas reuniões, depois de reiteradas reclamações, um funcionário do órgão chegou a ameaçar os moradores dizendo que iria derrubar todas as casas do povoado com um trator.⁸ Em uma outra reunião, segundo Emmanuel Wambergue, ex-coordenador da CPT de Marabá, ele ouviu, quando acompanhou uma comissão formada por cinco posseiros da Roncadeira, a seguinte frase do Coronel Carneiro Leão, chefe do INCRA, em Marabá: “Consultei os nossos registros, mas não consta nada da presença desse povo na área da colonização; essas pessoas não deveriam estar lá!”⁹ Para o INCRA, o povoado e os modos de vida das pessoas que ali moravam valiam menos do que o interesse do órgão em implantar nessa parte da Amazônia um Projeto de Colonização idealizado pela tecnocracia do governo central. Além do deslocamento de famílias empobrecidas de outras regiões do País para essa parte do território amazônico, o INCRA procurava controlar a população local. Só mais tarde, depois de muita resistência, o INCRA resolveu deixar ali as famílias, mas destinou aquelas terras, onde faziam as suas roças e criavam os seus animais domésticos, ao assentamento de famílias que chegavam de diversas partes do Brasil.

Alguns posseiros que possuíam mais de 100 hectares viram as suas terras divididas e cedidas a outras pessoas. Outros, parte de suas posses ficaram dentro dos limites do Projeto de Colonização e parte fora. Muitos tiveram as suas casas de um lado da linha divisória dos lotes e as suas roças e pastagens do outro. Por imposição do INCRA, alguns trabalhadores foram obrigados a optar: ficar com a porção da terra onde estavam as suas casas ou ficar onde estavam as suas roças. O senhor Almir Ferreira Barros, por exemplo, foi obrigado a abrir mão de parte de seus 42 alqueires (203,2800 ha.) que havia possuído antes do início da construção da rodovia e casar-se no civil para permanecer com uma parcela de terras:

Me disseram: “nós vamos fazer a divisão porque agora você ficou dentro da faixa de colonização. Você não pode ficar com mais de um lote. Você procura uma pessoa sua para dar o outro lote”. Mas eu disse: “o meu benefício está no segundo lote, eu quero ficar no primeiro aqui onde está a minha casa, o meu sítio, essas coisas, mas os meus pastos estão lá no outro lote”. “Mas não tem jeito, tem que dividir no meio”. Aí mediram e dividiram no meio. Aí eu disse: “então faz o seguinte, eu vou dar para o meu cunhado. Ele fica aí, ele também está aqui junto, mas não está no lote então eu posso dar para ele mais o pai dele (...)”. Nesse tempo eu tinha arrumado uma mulher. Quando eles vieram pegar os documentos me disseram: “se você quiser adquirir a terra você tem que casar civil”, aí eu tive que ir lá em Marabá casar civil. Até isso eles impuseram. “Se não casar no civil você não terá a terra”.¹⁰

Por meio desse fragmento, é possível perceber que o governo da ditadura civil-militar procurou, nos primeiros anos da década de 1970, não só impor à população dessa parte da Amazônia uma proposta que não fazia parte de seus interesses como buscou discipliná-la. Ou seja, usando o discurso de ocupação dos espaços vazios, além de determinar que aquelas terras, há muito tempo ocupadas por trabalhadores rurais, deveriam ser destinadas a concretizar a sua política de colonização da Amazônia, o Governo Federal, por meio do INCRA, decidiu como seriam os traçados topográficos e os tamanhos dos lotes dos colonos ao mesmo tempo em que buscou identificar e manter sob seu controle os posseiros que ali moravam.

A implantação desta parte do PIC-Marabá no município de São João do Araguaia foi decidido posteriormente ao início da colonização na Transamazônica. Ou seja, a colonização em São João do Araguaia só se viabilizou porque o Exército havia descoberto no meio dos posseiros um grupo de jovens ligados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) que queria organizar uma ofensiva armada contra o governo central, denominada mais tarde, como Guerrilha do Araguaia. Os trabalhos do INCRA se intensificaram justamente quando o Exército procurou aniquilar esses militantes do PC do B. A repressão recaiu também sobre os trabalhadores. O tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, agente do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), um dos principais coordenadores da repressão do Exército ao jovens do PC do B, tentou por diversas vezes, por exemplo, transferir para a agrovila que se construía às margens da Transamazônica, na altura do km 97, os moradores das vilas Santa Rita, Itamerim, Roncadeira e Brejo Grande.

Foi um período em que a rodovia, entre as margens do Rio Araguaia e a cidade de Marabá, tornou-se um espaço totalmente controlado pelo Exército e pela Polícia Militar. Barreiras e blitz eram facilmente encontradas nesse trajeto, como aconteceram diversas vezes nos entroncamentos para os povoados de São Domingos do Araguaia e Brejo Grande. Na vila

conhecida por Bacaba, localizada nas proximidades desses dois povoados, o Exército instalou parte de suas tropas nos alojamentos deixados por uma das empresas que havia trabalhado na abertura da estrada. Qualquer pessoa poderia ser suspeita de ligação com os supostos guerrilheiros. Nem os padres e as freiras que desenvolviam naquelas comunidades rurais os trabalhos pastorais da Igreja Católica foram poupados do sistema de vigilância e repressão do Exército, como aconteceu com os padres franceses Roberto de Valicourt e Humberto Rialland, da Congregação dos Missionários Oblatos de Maria Imaculada que haviam chegado à cidade de São João do Araguaia, no início da década de 1970, e a irmã Maria das Graças, Dominicana de Monteil, que também morava naquela localidade. Roberto, Humberto e Maria das Graças foram presos e torturados, em 01/06/1972, suspeitos de serem guerrilheiros ligados ao PC do B, só soltos muitas horas depois por meio da interferência do bispo da Prelazia de Marabá, Dom Estevão Cardoso de Avelar.¹¹

Mas muitos trabalhadores rurais foram também presos e torturados pelo Exército durante os anos compreendidos entre 1972 e 1974: aqueles que eram suspeitos de acolher os militantes do PC do B e de lhes fornecer comida, bem como aqueles que foram obrigados a informar ao Exército qualquer movimentação dos supostos guerrilheiros. Outros, porém, sob coação, tiveram de ser guias dos agentes do SNI no meio da floresta.¹² A implantação do Projeto de Colonização do Governo Federal às margens da rodovia Transamazônica, no município de São João do Araguaia, foi inserida nesse contexto de repressão do Governo da Ditadura Civil e Militar aos militantes do PC do B no Araguaia. Na estrada denominada de Operacional 3 (OP-3),¹³ aberta pelo Exército para facilitar a movimentação das tropas no meio da floresta, o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, assentou alguns ex-guias dos agentes do SNI como compensação à caça aos guerrilheiros. Estes apareceram como beneficiários do referido Projeto de Colonização a partir de 1974.¹⁴

Os posseiros que não aceitaram as condições impostas pelo INCRA, na faixa de colonização, passaram a procurar terras onde havia outros posseiros. “Muitos posseiros”, conta Almir Ferreira Barros,

ficaram sem a terra. Muitos deles não aceitaram porque tinha medo da colonização porque não entendia. Eles diziam: “isso aí é uma escravidão que o governo vai impor ao trabalhador rural. Você vai ter todo um controle por eles”. Eles achavam que o agricultor iria produzir, mas não iria armazenar. Quem iria armazenar era o governo, iria montar um armazém para armazenar a produção de todo mundo. O governo só iria te dar aquele tantinho de tua despesa, o outro que iria vender, comercializar o que você plantou e colheu. Então era uma conversa feia. O povo ficou com medo de ser controlado.¹⁵

Além dessas questões, a forma de demarcação das terras pelo INCRA influenciou nas decisões dos trabalhadores. Os lotes por eles demarcados levavam em consideração a relação com o lugar: o curso d'água, o tipo do solo, as montanhas, a vizinhança etc. algo que o INCRA não observava. Mas o receio dos posseiros estava relacionado também à repressão que o Exército vinha fazendo à população local em função da perseguição aos guerrilheiros do PC do B, como mencionado anteriormente. Ali diversos carros, com as inscrições “INCRA”, eram utilizados pelo Exército na repressão à população local. Os posseiros que moravam na localidade conhecida por Faveira e os que estavam próximos das vilas Bom Jesus e Bacaba, onde alguns guerrilheiros também possuíam lotes de terra, foram retirados de suas posses ou totalmente controlados pelo Exército. Já os trabalhadores que foram chegando de outras regiões do Brasil encontravam nas agrovilas¹⁶ técnicos do INCRA que eram responsáveis pelo cadastramento e sua localização nos lotes. Mas, com frequência eram deslocados de um lugar para outro no sentido de concretizar um projeto traçado sem conhecimento das condições físicas e climáticas do lugar. Os técnicos do INCRA coordenavam os armazéns, as farmácias, as escolas e as usinas de beneficiar arroz que ali foram instaladas.¹⁷ Até os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) foram criados e assessorados por eles, como foi o caso de São do Araguaia, em 1974, e Itupiranga, em 1976. Esse controle só deixou de existir quando, já na Nova República, os posseiros ocupantes de imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos, assessorados pela CPT, conseguiram organizar um movimento de oposição e ganhar as eleições sindicais.

Já as extensões de terras sob o domínio dos grandes fazendeiros, ao longo da rodovia entre os municípios de São João do Araguaia e Itupiranga,¹⁸ não foram incluídas no rol de áreas designadas ao Projeto de Colonização como aconteceu em Altamira. Enquanto o Decreto-Lei nº 68.433, de 29/03/1971 garantiu a desapropriação de imóveis particulares situados numa área de 64.000 quilômetros quadrados ao longo da rodovia Transamazônica, entre Altamira e Itaituba,¹⁹ o Decreto-Lei nº 1.164, de 01/04/1971, diferentemente, preservou as propriedades particulares situadas no raio de 100 quilômetros de cada lado da Transamazônica, entre Estreito (MA) e Altamira (PA).²⁰ Talvez seja por esse motivo que os grandes imóveis localizados nessa faixa de terras não foram destinados à colonização. Afinal, a federalização dos 100 quilômetros de terras devolutas de cada lado das rodovias federais, na Amazônia, como previstos pelo referido decreto, foi para viabilizar a implantação dos projetos agropecuários, sobretudo, aqueles destinados à criação de gado bovino.²¹

Em 1973, quando a migração de trabalhadores rurais para a Transamazônica havia superado a expectativa do INCRA, que até então procurava disciplinar o povoamento

“espontâneo” na Amazônia, o governo de Emílio Garrastazu Médici passou a priorizar as ações que já vinham desenvolvendo no processo de implantação de grandes empresas na Amazônia. De acordo com o Caderno de Estudos da CNBB nº 13,²² numa reunião, em agosto daquele ano, contando com 20 maiores empresários do Centro-Sul do País, que queriam adquirir terras ou captar recursos provenientes dos incentivos fiscais, ou mesmo ampliar as suas propriedades na Amazônia, o Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso declarou que o governo planejava investir, no final de 1973 e durante o ano de 1974, um bilhão de dólares na implantação de grandes empresas na Amazônia. Segundo ele, até então, o Estado havia dado ênfase à colonização de pequenos agricultores como uma política social, mas que dali para frente a ocupação dessa parte do território nacional entraria na fase dos grandes consórcios.²³ Em maio de 1974, já no mandato de Ernesto Geisel, Lourenço Vieira da Silva, presidente do INCRA, garantiu que o governo substituiria os Programas Integrados de Colonização²⁴ por polos de desenvolvimento na Amazônia. O destaque seria dado à pecuária de corte, aos projetos de colonização por meio de empresas e cooperativas do Centro-Sul do País²⁵ e à exploração mineral e madeireira porque, para ele, já não havia mais necessidade de o governo trazer famílias empobrecidas das diversas regiões do país para o território amazônico, elas já estavam chegando por conta própria:

Não significa que os projetos de colonização não deram certo, mas sim, devido à desnecessidade de atrair colonos, uma vez que estes estão afluindo para esta região espontaneamente. Assim cabe ao INCRA canalizar racionalmente estes fluxos migratórios e oferecer oportunidades de trabalho simultaneamente a concessões para beneficiar empresas e cooperativas.²⁶

Esse fragmento do discurso do presidente do INCRA esboça, de certa forma, os propósitos das políticas de desenvolvimento dos sucessivos governos da ditadura civil e militar projetadas para a Amazônia brasileira. O fluxo migratório de milhares de famílias para essa parte do território nacional, além de ter sido planejado, de acordo com o discurso oficial, com o objetivo de esvaziar os conflitos e as tensões sociais no Nordeste e no Sudeste do Brasil, foi um mecanismo potencialmente importante na formação de um mercado de trabalho regional. A denominada redistribuição dos excedentes demográficos na área de atuação da SUDAM contribuiria na expansão de atividades produtivas exportáveis como a mineração e a pecuária. Foram para esses setores, especialmente o agropecuário, que o governo central canalizou os seus esforços. Tornou-se vantajoso para bancos, companhias de seguro, concessionárias de automóveis, mineradoras e empresas da área de transportes, da construção civil e de estradas do Centro-Sul investir na criação de gado bovino, com

subsídios do Governo Federal. Até meados da década de 1980, cerca de 9 milhões de hectares de terras já haviam sido ocupados por fazendas de gado no sul e sudeste do Pará.²⁷

Em dezembro de 1974, o INCRA havia estabelecido apenas 5.717 famílias nos denominados Projetos Integrados de Colonização (Marabá, Altamira e Itaituba). Um percentual muito inferior à estimativa do Governo Federal que previa assentar, até essa data, 100.000 famílias ao longo da Transamazônica. No *PIC Marabá*, apenas 1.422 famílias estavam instaladas, sendo 873 na altura de Itupiranga e 549 em São João do Araguaia (538 às margens da rodovia e 11 na OP-3).²⁸ Foi a partir deste ano que o órgão deixou de criar condições para a acomodação dos colonos: não promovia mais o transporte de trabalhadores para os núcleos de colonização, nem os remunerava nos seis primeiros meses a título de ajuda de custo e nem realizava obras de infraestrutura necessárias à ocupação dos lotes. Para Alfredo Wagner de Almeida²⁹, o próprio INCRA e o Ministério da Agricultura passaram a admitir publicamente as suas preocupações com os fluxos migratórios e os conflitos agrários nas áreas consideradas novas e não se eximiram em defender a necessidade de solucionar os problemas agrários nordestinos no próprio Nordeste e deixar a Amazônia à implantação de grandes projetos agropecuários. Nesse período, o movimento guerrilheiro do PC do B já havia sido totalmente aniquilado e as forças militares, que permaneceram na área, já estavam com as suas bases fixadas em Marabá. Nessa cidade, foi instalado o 52º Batalhão de Infantaria de Selva; o 1º Grupo de Artilharia de Companhia da Selva; o 23º Batalhão Logístico da Selva; a 23ª Companhia de Comunicações de Selva e o 33º Pelotão de Polícia do Exército.³⁰ Mas os oficiais militares ficaram preocupados com os conflitos de terras e com a presença de alguns padres, principalmente estrangeiros, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins nos anos que sucederam a 1975. Eles acreditavam que o clero estava incentivando e apoiando a luta dos trabalhadores rurais pela terra. Para eles, o trabalho pastoral da Igreja Católica no campo era orientado pelo PC do B, porque, segundo eles, o partido não tinha abandonado a ideia de continuar a luta armada no Araguaia contra o regime civil-militar e tinha adotado, como estratégia, a organização e conscientização da população por meio das reivindicações mais imediatas dos trabalhadores rurais que era a posse da terra.³¹ Sebastião Rodrigues Moura, o Curió, passou a percorrer a zona rural de São João do Araguaia, Brejo Grande, São Geraldo, São Domingos do Araguaia, Palestina e Conceição do Araguaia distribuindo leite em pó, brinquedos e remédios para a população. Ao mesmo tempo, interferia na organização dos STRs e nos conflitos de terra se pedia aos trabalhadores rurais para não participarem das missas e nem receberem em suas casas os padres das prelazias de Marabá e de Conceição do Araguaia.³² Para substituí-los, levou na estrada Operacional 3

(OP-3), por diversas ocasiões, um Capelão Militar para celebrar missas e fazer batizados à revelia de Dom Alano Pena, bispo da Prelazia de Marabá.³³

Foi nessa época que o INCRA passou a fazer a discriminação das terras do sul e sudeste do Pará, sob o efeito do Decreto-Lei nº 1.164, procurando identificar as áreas de terras devolutas com vista a sua regularização em nome daqueles que a requeriam. Por esse meio o órgão identificou os denominados “excessos” ou “sobras de terras” de muitos castanhais com títulos definitivos ou de aforamentos. Essas “sobras de terras” foram regularizadas em nome de parentes dos proprietários desses castanhais. Em 1974, embora mantendo a sua sede em Marabá, o INCRA abriu um escritório em São Geraldo do Araguaia, distrito de Conceição do Araguaia. Ali já estava instalado o Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (BEC), remanescente dos combates ao movimento guerrilheiro do PC do B. Naquele distrito, as tropas abriram algumas estradas e, em conjunto com o INCRA, passaram a prestar alguns serviços assistenciais como consultas médicas e odontológicas, distribuição de remédios, etc. Foi nesse contexto que ocorreu o confronto armado entre os posseiros de Perdidos e a Polícia Militar, em outubro de 1976, quando o INCRA fazia a demarcação das terras que haviam pertencido à Fundação Brasil Central,³⁴ separando-as das terras devolutas. Essa demarcação teria sido uma exigência da Indústria Madeireira Paraense e Agropecuária Ltda (IMPAR), do grupo Óleo Pacaembu, que possuía onze glebas de 4.356 hectares cada uma, com títulos cedidos pela Fundação Brasil Central. Mas os posseiros não aceitaram a imposição do INCRA e enviaram a Belém um representante para tentar garantir os seus direitos. Jogado de um lado para outro, Joel Rodrigues de Souza, posseiro daquela localidade, voltou para casa sem ter resolvido a questão. Foi também a Brasília tentar providências junto ao Ministério da Justiça. Quando lá estava, o INCRA de São Geraldo do Araguaia convocou a PM para dar cobertura à demarcação das terras. No dia 27 de outubro daquele ano, os posseiros mandaram avisos ao INCRA e à PM dizendo para não prosseguirem com a demarcação porque lhes prejudicava. Nesse mesmo dia, uma carta de Dom Estevão Cardoso de Avelar, bispo de Conceição do Araguaia, em apoio aos posseiros, foi lida na Rádio Educadora do Araguaia, da Prelazia, porque ele sabia que o clima já estava tenso na área. Além de expor o apoio e solidariedade aos posseiros, Dom Estevão dizia, naquela carta, que estava enviando o Padre Florentino Maboni para estar com eles.

A Vila São Geraldo não possuía vigário, mas contava com três jovens leigos, agentes de pastorais, vindos do Rio de Janeiro, que percorriam as comunidades a pé, quando adentravam a mata, ou de canoas pelo rio Araguaia e seus afluentes. Mas o Exército via o

trabalho desses três jovens com suspeita ante a problemática da guerrilha ocorrida entre 1972 e 1974 e os proibiu de se ausentarem da vila. Por essa razão, Dom Estevão Cardoso de Avelar os retirou de lá. Em seguida, voltaram para o Rio de Janeiro. Como se acirravam cada vez mais as tensões entre os posseiros, grandes empresários rurais e o INCRA, o bispo e os padres reunidos no Conselho Diocesano, em Conceição do Araguaia, deliberaram que Florentino Maboni, padre de Santo Ângelo (RS), recém-chegado à Prelazia, iria ao local do conflito em nome do bispo. Como ele havia chegado há pouco tempo, acreditavam que não seria acusado de ligação com os posseiros.³⁵ Padre Maboni, fazendo-se acompanhar pelo seminarista Hilário Lopes da Costa,³⁶ que conhecia o trajeto até Perdidos, só chegou à Boa Vista, vila daquela localidade, às margens do rio Araguaia, no final do dia 27 de outubro, quando os moradores já se encontravam em pânico. Dois soldados da PM haviam sido mortos e dois outros tinham saído feridos. Subestimando a força dos posseiros, o INCRA e a PM continuaram com a demarcação das terras a pedido da IMPAR. Dezoito policiais coordenados pelo tenente Walmery se viram no meio de uma trincheira preparada pelos posseiros. Os soldados Ézio Araújo dos Santos e Claudomiro Rodrigues da Fonseca morreram no local. Máximo e Rui da Silva saíram feridos.³⁷ O enterro dos dois soldados, em Belém, foi realizado com a participação de autoridades militares e civis com destaque nos principais jornais paraenses. O governador do Pará, Aloysio Chaves,³⁸ ajudou a carregar os caixões e não deixou de falar que subversivos estranhos haviam insuflado os posseiros.³⁹

Padre Maboni e Hilário Costa procuraram tranquilizar os trabalhadores rurais que estavam com muito medo da repressão policial. De fato, no dia 30 de outubro, cerca de 50 policiais militares entraram na área, queimaram diversas casas, prenderam e torturaram cerca de cem pessoas. O Exército interveio, intensificando a repressão à população local. Trinta dos posseiros presos foram levados para Belém e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Padre Maboni e Hilário foram também presos e torturados. Hilário foi liberado no dia 8 de novembro daquele ano, mas Maboni permaneceu preso e transferido dia 12 de novembro para Belém. Dom Estevão de Avelar foi submetido a longos interrogatórios e também enquadrado na Lei de Segurança Nacional. O mesmo aconteceu com Dom Alano Maria Pena, bispo recém-empossado em Marabá, que se envolveu no caso apoiando o bispo de Conceição do Araguaia e os posseiros de Perdidos. A imprensa não se eximiu em publicar as declarações dos militares contra a Igreja. A CNBB distribuiu uma nota acusando o General Ernesto Geisel e o Conselho de Segurança Nacional pelos conflitos em Perdidos e pelos atos violentos da polícia contra os posseiros e contra os padres do Araguaia. Em fevereiro de 1978, finalmente os bispos e os posseiros foram inocentados.⁴⁰

Mas o Decreto Estadual nº 9.203, de 15 de julho de 1975, assinado pelo então governador do estado, Aloysio da Costa Chaves, foi também um dispositivo legal que contribuiu com a apropriação de terras consideradas devolutas por parte de grandes fazendeiros do sul e sudeste do Pará. Conforme consta no terceiro parágrafo do Art. 197 da referida lei, os fazendeiros que possuíam títulos de aforamentos teriam “(...) o direito de incluir em seus aforamentos os excessos de áreas existentes entre os limites naturais constantes de seus títulos e as superfícies neles consignadas, ou efetivamente ocupadas, desde que esse excesso, em cada lote, não ultrapasse a 50% da área aforada”.⁴¹ O Instituto de Terras do Pará (ITERPA), criado logo depois,⁴² foi o órgão que, em parceria com o INCRA, atuou na discriminação e na regularização de terras devolutas, procurando colocar em prática essa lei. Ou seja, não só o Governo Federal, com base no Decreto-Lei nº 1.164, de 01 de abril de 1971, e na Lei 6.383, de 07 de dezembro de 1976,⁴³ buscou regularizar os imóveis de empresários e de fazendeiros que apropriavam de terras devolutas, no sul e sudeste paraense, como também, o Governo do Estado do Pará, em consonância com o Governo Federal, destinou grandes extensões de terras à iniciativa privada por meio da alienação de terras públicas que estavam sob sua jurisdição. Muitos donos de castanhais pertencentes às famílias tradicionais do sudeste paraense como os Mutran, os Azevedo, os Moraes, os Chamié e os Almeida puderam, por esse meio, incorporar aos seus aforamentos ou regularizar áreas de terras que estavam ocupando.⁴⁴ Foi nesta conjuntura, mais precisamente a partir do início de 1979, quando os Programas Integrados de Colonização-PICs (Marabá, Altamira e Itaituba) não passavam dos 7.674 famílias assentadas,⁴⁵ que a colonização ao longo da rodovia foi totalmente desativada. As famílias que não foram expropriadas pela Barragem da Hidrelétrica de Tucuruí, como aconteceu com cerca de 620 famílias do município de Itupiranga,⁴⁶ uma vez sem apoio dos órgãos governamentais e num ambiente alheio à sua tradição cultural, viram-se obrigadas a abandonar os seus lotes ou vender para outros migrantes com melhores condições econômicas.

Na prática o denominado *PIC-Marabá* foi executado longe dos limites do município de Marabá e não atingiu as grandes extensões de terras de fazendeiros e de empresários da castanha-do-pará, do sudeste paraense. Dom Alano Pena, bispo de Marabá, em seu depoimento à CPI da Terra, em 27/04/1976,⁴⁷ disse aos deputados que os trabalhadores rurais traduziam a sigla do INCRA como “Infelizmente Nada Conseguimos Realizar na Amazônia”.⁴⁸ Hoje em São João do Araguaia é difícil ver os vestígios de um projeto que prometia terras e melhores condições de vida aos trabalhadores rurais empobrecidos de diversas regiões do País, principalmente nordestinos. Segundo Hébette (2004, vol. II),

(...) os frutos da colonização oficial não corresponderam, nem de longe, às expectativas despertadas por uma propaganda irresponsável motivada por objetivos políticos ou puramente comerciais. Seria injusto atribuir ao INCRA a origem de todas as frustrações. Muitos dos fracassos registrados se devem mais à política agrícola global do Estado, à marginalização generalizada da pequena produção de alimentos, à pressão dos objetivos de Segurança Nacional.⁴⁹

Contudo, se levarmos em consideração as estratégias dos militares, com o discurso de ocupação dos espaços vazios na Amazônia, podemos perceber que a colonização na Transamazônica funcionou, talvez, como um dos principais estímulos à migração para o sul e o sudeste do Pará. Se fizermos um levantamento sobre os fluxos migratórios para essa parte do território amazônico, vamos perceber que em menos de cinco anos não foi preciso mais o Governo Federal investir na propaganda, no transporte e no assentamento de famílias empobrecidas de diversas regiões do Brasil ao longo dessa rodovia. Centenas de trabalhadores passaram a chegar por sua própria conta. Esse movimento pode ser verificado em quase todos os municípios do sul e sudeste do Pará durante os anos de 1970 e na década seguinte.⁵⁰ Segundo informações de Dom Alano Maria Pena à CPI da Terra, em abril de 1976, quando falava sobre a colonização na Transamazônica, “foi praticamente inviável a tentativa de se fazer centros de triagem para colonos, no início do processo migratório, quando se chegou a um índice de entrada no sul do Pará de cerca de 15 mil colonos por ano”.⁵¹ Os municípios de Marabá, Itupiranga, São João do Araguaia, Tucuruí e Jacundá saíram de 57.510 habitantes, em 1970, para 187.336, em 1980, com crescimento de 225.75%. Já os municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e São Felix do Xingu, mais ao sul do estado, contavam com 40.370 habitantes, em 1970,⁵² passando para 130.029, em 1980, com crescimento de 222.09%.⁵³

Vale dizer que grande parte dessas famílias de trabalhadores rurais passou a ocupar muitas das propriedades com títulos definitivos ou de aforamentos que margeavam a Transamazônica e demarcar, elas mesmas, as terras em lotes de 100 hectares cada, como aconteceu com centenas de famílias que chegaram em busca da terra e não encontraram apoio do INCRA nos municípios de São João do Araguaia e Itupiranga. Para Emmanuel Wambergue, ex-coordenador da CPT de Marabá, “a grande luta dos posseiros não era propriamente a dos que já estavam estabelecidos, eram posseiros que ocuparam grandes propriedades, trabalhadores que chegavam pelo funil da Transamazônica e começaram a ocupar as áreas continuando, no primeiro momento, a colonização oficial”.⁵⁴ Os primeiros imóveis ocupados foram o Castanhal Rainha, em Itupiranga, e os Castanhais Cuxiú, Veneza,

Consulta, Ubá, Araras, Cotovelo, Santo Antônio I e Santo Antônio II, em São João de Araguaia. Os trabalhadores que ocuparam o Castanhal Santo Antônio, por exemplo, penetraram a partir do Castanhal Cuxiú, que já estava ocupado, com base na rodovia Transamazônica. Esses trabalhadores se juntaram a algumas famílias de castanheiros que lá estavam estabelecidas e dividiram os seus lotes em 100 hectares cada. Assim como em outras áreas, foram intensos e violentos os conflitos pela terra nesses imóveis.

Mas tantos outros trabalhadores rurais, também atraídos pelas políticas de desenvolvimento do Governo Federal, antes mesmo de chegarem aos núcleos de colonização ou de tentarem empregos na abertura de estradas, como exemplo, a PA-150, em serrarias ou em fazendas, passaram a ocupar diversos imóveis com projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, como ocorreu em Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia. Uma pesquisa encomendada pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), por exemplo, constatou que os municípios de Jacundá, Marabá e Conceição do Araguaia detinham, sozinhos, 70 dos 108 conflitos de terra ocorridos no estado do Pará, entre 1980 e 1981, fruto de ocupações de imóveis improdutivos pelos trabalhadores rurais.⁵⁵

Essas ações dos trabalhadores rurais trouxeram para a cena pública as demandas por terras e, conseqüentemente, o debate sobre a reforma agrária, ainda no período ditadura civil-militar e, sobretudo, por ocasião da elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), da Nova República. Diversos imóveis improdutivos que haviam sido ocupados pelos trabalhadores nas décadas de 1970 e 1980 foram desapropriados nos anos que sucederam o fim do regime civil-militar e ali criados os primeiros Projetos de Assentamentos.⁵⁶ Hoje, segundo o INCRA, existem 87.057 famílias de trabalhadores rurais assentadas em projetos de reforma agrária, no sul e no sudeste do Pará, ocupam mais de 4 milhões hectares de terras.⁵⁷ Não deixando de considerar que existem ainda centenas de grandes imóveis improdutivos, nessa parte do território amazônico, indicativo principal, talvez, da permanência dos conflitos e das violências em torno das disputas por terras, as ações dos trabalhadores rurais, principalmente migrantes que chegaram atraídos pela colonização da Transamazônica durante o regime civil-militar, implicaram, pelo menos em parte, a reterritorialização do espaço agrário regional e colocaram em questão o desenvolvimento, idealizado pelos sucessivos governos da ditadura civil-militar, fundamentado na grande propriedade da terra.

- ¹ Cf. MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Sog o signo da fé*. Discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da SUDAM (Manaus, 08/10/1970). Brasília: Presidência da República/Biblioteca da Presidência da República, 1970, p. 150.
- ² O INCRA foi criado por meio do Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970.
- ³ HAMILIN, Phillipp. O Fracasso anunciado. *Museu Paraense Emilio Goeldi: Coleção Eduardo Galvão*, 1991, p. 161-176; HEBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: ADUFPA, 2004 (Vol. II).
- ⁴ CONTINI, Elísio. *A colonização na Transamazônica: um enfoque analítico do plano governamental, seus resultados e problemas*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública), Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Escola Brasileira de Administração Pública, 1976, p. 144-145.
- ⁵ Cf. CNBB. *Pastoral da terra: posse e conflitos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1976, p. 90.
- ⁶ Pequenos aglomerados de famílias de trabalhadores rurais que possuíam laços de parentescos ou eram, muitas vezes, migrantes que procediam de uma mesma região. Sobre essa questão ver: VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *À procura das Bandeiras Verdes: Viagem, Missão e Romaria*. Movimento Sócio-religioso na Amazônia Oriental. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2001; VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- ⁷ PENA, Dom Alano Maria. Amazônia: “terra sem homens” ou homens sem terra? Depoimento de Dom Alano Maria Pena, O.P., bispo de Marabá-PA à CPI da Terra, 27/04/1976. *Reforma Agrária*, Campinas, Ano VII, nº 02, março/abril, 1976, p. 18-33.
- ⁸ Idem. *Ibidem*.
- ⁹ Entrevista de trinta e oito minutos concedida ao autor, em 07/05/2012, Marabá (PA).
- ¹⁰ Almir Ferreira Barros, entrevista cedida, em 06/11/2010.
- ¹¹ Roberto de Valicourt. Depoimento dado aos participantes do I Encontro do Grupo OPOMIL (Ordem dos Pregadores; Oblatos de Maria Imaculada; e Leigos), em Palestina do Pará, 16 e 17 de janeiro de 2009, gravado e transcrito pelo autor.
- ¹² NOSSA, Leonencio *Mata: o Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ¹³ Três estradas Operacionais (OP-1, OP-2 e OP-3) foram abertas pelo Exército para a movimentação de suas tropas. A OP-3 liga a rodovia Transamazônica ao povoado de Santa Izabel, às margens do rio Araguaia; A OP-2 (atual BR-153) une a referida rodovia a São Geraldo do Araguaia passando por dentro da cidade de São Domingos do Araguaia e da Aldeia Sororó, dos índios Suruí Aikewara; já a OP-1 possibilita acesso entre a OP-2 e a OP-3.
- ¹⁴ Cf. CONTINI, Elísio. *Op. Cit.*
- ¹⁵ Almir Ferreira Barros, entrevista concedida ao autor, em 06/11/2010, Palestina do Pará (PA).
- ¹⁶ A agrovila da área de colonização localizada no município de São João do Araguaia se formou no Km 97 da rodovia Transamazônica. Já a agrovila em Itupiranga se situou no entroncamento da rodovia com a estrada que dá acesso à sede daquele município.
- ¹⁷ Almir Ferreira Barros, entrevista já citada; Emmanuel Wambergue, o Mano. Entrevista de quatro horas e sete minutos concedida ao autor, em 10 e 11/05/2010, Marabá (PA);
- ¹⁸ Entre estes dois municípios está a cidade de Marabá.
- ¹⁹ BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 68.443, 29/03/1971, *DOU* de 30.3.1971.
- ²⁰ BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de Abril de 1971. *DOU*, Seção 1, 02/04/1971, p.2.569.
- ²¹ COSTA, Francisco de Assis. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992.
- ²² CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. *Pastoral da terra: posse e conflitos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1976 (Estudos da CNBB nº13).
- ²³ Cf. CNBB. *Op. Cit.*
- ²⁴ Além dos PICs na Transamazônica, no estado do Pará, outros estavam em funcionamento em Rondônia, como Ouro Preto, Ariquemes, Jiparaná, Ribeiro e Dutra. Cf. IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1979; HÉBETTE, Jean. *Op. Cit.*
- ²⁵ Uma experiência frustrada de colonização por meio de empresas privadas foi experimentada em São Felix do Xingu com o Projeto denominado de *Tucumã*, na década de 1980 (SCHMINK&WOOD, 1992).
- ²⁶ CNBB. *Op. Cit.*, p. 121.
- ²⁷ KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados*, v.16, n. 45, 2002, p. 37-61.
- ²⁸ CONTINI, Elísio. *Op. Cit.*, p. 151.
- ²⁹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Op. Cit.*, 1993.

³⁰ Após o término da Guerrilha do Araguaia, o Exército permaneceu ao longo da rodovia Transamazônica, entre Imperatriz (MA) e Itaituba (PA). A Companhia de Comando da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Marabá, coordena, hoje, além das unidades militares abrigadas em Marabá: o 50º Batalhão de Infantaria da Selva (Imperatriz - MA), o 51º Batalhão de Infantaria da Selva (Altamira-PA), o 53º Batalhão de Infantaria da Selva (Itaituba-PA) e o 23º Esquadrão de Cavalaria de Selva (Tucuruí-PA). São cerca de 5.600 soldados.

³¹ Centro de Inteligência do Exército-CIE. *Guerrilha Rural* - documento básico, 1976. 14f. (datilografado) - Arquivo da CPT de Marabá.

³² Serviço Nacional de Informação/Agência Central. *Informação nº1137-A/SPC/AC/81*. SNI, 07/07/1981 (com carimbo de “confidencial”) – Arquivo CPT de Marabá; MOURA, Sebastião Rodrigues. *Relatório de Operações*. Operação Bamerindus. Itaipavas. s/d – Arquivo CPT de Marabá

³³ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 2003; BODANZKY, Jorge e SALEN, Helena. *Igreja dos oprimidos*. Direção de Jorge Bodanzky. Rio de Janeiro: Luiz Carlos Barreto Produções Cinematográficas, 1986.

³⁴ A Fundação Brasil Central (FBC) foi criada em 04 de outubro de 1943, por Getúlio Vargas, (Decreto- Lei nº 5.878) com o objetivo de colonizar parte da Amazônia brasileira e do Brasil Central cedendo lotes com mais de 3.000 hectares à iniciativa privada. As terras localizadas à margem esquerda do rio Araguaia, num total de 50 milhões de hectares, foram doadas à Fundação Brasil Central (FBC), em 1945, pelo então interventor federal Coronel Magalhães Barata. Em 1961, sob a Lei Estadual 3.196, o Governador do Pará Moura Carvalho revogou as doações a FBC, mas considerou os títulos de 35 glebas expedidos pela Fundação, numa área de 152.000 hectares (FIGUEIRA, 1986, p.20).

³⁵ Cf. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

³⁶ Hilário Lopes da Costa, ex-padre, é hoje agente e agrônomo da CPT de Tucuruí.

³⁷ João de Deus Medrado de Abreu. Entrevista de quarenta minutos concedida ao autor em 12/07/1993, São Geraldo do Araguaia (PA).

³⁸ Aloysio da Costa Chaves (ARENA), ex-reitor da Universidade Federal do Pará e ex-Juiz do Trabalho, foi Governador do Pará (1975-1979) e Senador da República (1979-1987) (PETIT, 2003; BRASIL, 2008).

³⁹ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit., 1986.

⁴⁰ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Op. Cit., 1986; Resistência. *Morte*. Belém, Março de 1989.

⁴¹ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: estado, homem e natureza*. Belém: CEJUP, 1992, p. 111.

⁴² Cf. PARÁ. Lei nº 4.584, de 08/10/1975. DOE nº 23.130, de 15/11/1975.

⁴³ Enquanto o Decreto-Lei nº 1.164/71, repassou para a União as terras devolutas localizadas na faixa de cem quilômetros de cada lado das rodovias federais, na Amazônia, a Lei 6.383/76, estabeleceu o processo discriminatório das terras devolutas da União e incumbiu o INCRA por esse trabalho.

⁴⁴ EMMI, Marília. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.

⁴⁵ Sendo 3.035 famílias, em Marabá, 3.595, em Altamira e 1.044, em Itaituba (WAIKER, 1997, p.13).

⁴⁶ MOUGEOT, Luc J.A. Aménagements hydro-électriques et réinstallation de populations en Amazonie : les premières leçons de Tucuruí, Para. *Cahiers des Sciences Humaines*, 1986, 22 (3/4), p. 401-417.

⁴⁷ A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Fundiário Brasileiro, conhecida como *CPI da Terra*, foi criada pela Resolução nº. 23/76 com o objetivo de investigar as irregularidades das atividades ligadas ao sistema fundiário de todo o território nacional (BRASIL, 1979).

⁴⁸ PENA, Alano. Op. Cit., p. 30.

⁴⁹ HEBETTE, Jean. Op. Cit., 2004 (Vol. II), p. 284.

⁵⁰ WAIKER, Robert Toovey et al. As contradições do processo de Desenvolvimento Agrícola na Transamazônica. *Documentos nº 93*, Belém: Embrapa Amazônia Oriental, Agosto, 1997, p. 28.

⁵¹ PENA, Alano. Op. Cit., p.29.

⁵² FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico Pará*. VIII Recenseamento Geral 1970, Vol. 1, Tomo IV. Rio de Janeiro, maio de 1973; *Censo Demográfico: dados distritais (Pará)*. IX Recenseamento Geral do Brasil 1980, Vol. 1, Tomo 3, n. 4. Rio de Janeiro, 1983.

⁵³ Esses municípios, a partir da segunda metade da década de 1980, foram divididos dando origem a outros municípios, abrigando, hoje, mais de um milhão de pessoas (IBGE, 2012).

⁵⁴ Entrevista concedida em 11/05/2010, já citada.

⁵⁵ SANTOS FILHO, José dos Reis e PORTO, Mayra Yara. A geografia da violência e algumas presenças em conflitos pela posse da terra. *Reforma Agrária*, Campinas, v.14, nº 01, jan./fev., 1984, p. 03-35.

⁵⁶ Até final de 1982, o Governo Federal não havia feito nenhuma desapropriação por interesse social no sul e no sudeste do Pará. Apenas três imóveis foram desapropriados, entre novembro de 1982 e fevereiro de 1985, depois da criação, em 16/08/1982, do Ministério Extraordinário dos Assuntos Fundiários (MEAF). Só a partir de 1987, quando foram desapropriados seis imóveis e ali assentadas 4.769 famílias, que foi dado início a política de criação de Projetos de Assentamentos nessa parte do território amazônico. CF. PEREIRA, Airton dos

Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

⁵⁷ BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. *Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária*. Marabá, 03/04/2010.